

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00000581-0

OBJETO: *Regulamentar supostas irregularidades constatadas por meio do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Produtos de Origem Animal no estabelecimento Oliveira Carnes.*

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

N. 06.2018.00000581-0

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado, neste ato, por seu Promotor de Justiça Neori Rafael Krahll, e Rosangela Aparecida Pereira Oliveira e Luiz Antônio de Oliveira, representantes legais **da pessoa jurídica Rosangela Aparecida Pereira Oliveira ME, CNPJ: 13.746.517/0001-76 CEP 88511-380** com sede na Rua Acácia Mimosa, n. 74, Habitação, Lages/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelo art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e pelo art. 89 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e:

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos prevista no art. 129, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil; no art. 26, inciso I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, no art. 81, parágrafo único, inciso I e no art. 82, inciso I, ambos do Código de Defesa do Consumidor; bem como nos arts. 5º, 6º e 7º, todos da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Estado a promoção, na forma da lei, da defesa do consumidor, e ainda, que o art. 170, inciso V, erige como princípio constitucional a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO o Plano Geral de Atuação desta Instituição, na área do consumidor, que resolveu implementar ações visando resguardar a saúde e a segurança dos consumidores de produtos de origem animal que não atendam às normas sanitárias, culminando com a criação do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Produtos de Origem Animal – POA;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, inciso I, institui que é direito básico do consumidor, dentre outros, *"a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos"*;

CONSIDERANDO que o art. 10 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que *"o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber de alta periculosidade à saúde ou segurança"*, cabendo também à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme o §3º deste mesmo artigo, informar aos consumidores sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços a sua saúde ou segurança;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 18, §6º, inciso II, dispõe que *"são impróprios para consumo os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação"*;

CONSIDERANDO que o mesmo diploma legal, em seu art. 31, preceitua que *"A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores"*;

CONSIDERANDO que o art. 39, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor veda *"ao fornecedor de produtos ou serviços colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes"*;

CONSIDERANDO que nos dias 24 à 26 de Outubro de 2017, ocorreu nesta Comarca a fiscalização do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Produtos de Origem Animal – POA, tendo como envolvidos Vigilância Sanitária Estadual e Municipal e chegou a esta Promotoria de Justiça, por meio do Relatório de Vistoria, informações de que o estabelecimento comercial Mercearia Benetti, naquelas datas, armazenava produtos de origem animal sem identificação de procedência, bem como produtos de origem animal não inspecionados e congelados, **consubstanciados em: 162.24 KG de produtos animais irregulares;**

CONSIDERANDO demonstrar o **COMPROMISSÁRIO** disposição em regularizar suas atividades econômicas;

RESOLVEM:

Formalizar o presente instrumento de **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85, e no art. 19 do Ato nº 335/2014/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Compromete-se o **COMPROMISSÁRIO** a cumprir fielmente as normas vigentes relacionadas às condições higiênico-sanitárias, em todos os estabelecimentos de sua rede visando sempre a saúde do consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA - O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a sanar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Vistoria,

deixando de praticar as condutas lá indicadas, acondicionando adequadamente os produtos que expõe à venda e mantendo a identificação de origem em TODOS os produtos de origem animal, conforme determinado pela norma de regência, no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – O COMPROMISSÁRIO, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados aos direitos difusos e individuais homogêneos tutelados pelo presente instrumento, pagará, ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, o valor de R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais), em 5 parcelas de R\$ 300,00 cada uma, com vencimento para: 25/03/2018, 25/04/2018, 25/05/2018, 25/06/2018; 25/07/2018.

Paragrafo Único - Para comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia do comprovante em até 5 (cinco) dias após a data do pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - Pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ora assumidas o **COMPROMISSÁRIO** pagará ao FRBL, mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) reajustado pelo INPC. Esta cláusula é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda, que no mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA compromete-se a não adotar qualquer medida judicial de ordem civil contra o **COMPROMISSÁRIO**, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste instrumento; ;

CLÁUSULA SEXTA – Todas as cláusulas previstas neste instrumento têm aplicação imediata;

CLÁUSULA SÉTIMA – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência dos signatários, diante de novas informações, ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, neste caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

Comunique-se, por meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CCO.

Nesta oportunidade, ainda, fica ciente o **COMPROMISSÁRIO** de que o presente procedimento será arquivado e posteriormente remetido ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação.

E por estarem assim comprometidos, firmam as partes este termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, que possuem eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, consoante dispõe o art. 19 do Ato nº 335/2014/PGJ.

Lages, 15 de fevereiro de 2018.

Neori Rafael Krah
Promotor de Justiça

**Rosangela Aparecida P. Oliveira
Oliveira Carnes
Compromissária**

**Luis Antonio de Oliveira
Oliveira Carnes
Compromissário**